



Comissão
Europeia

Monitor da Educação e da Formação de 2019

Portugal



Contactar a UE

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia.

Pode contactar este serviço:

- pelo telefone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),
 - pelo telefone fixo: +32 22999696, ou
- por correio eletrónico, na página: https://europa.eu/european-union/contact_pt.n

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

© União Europeia, 2019

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte. A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regulamentada pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

É necessário obter autorização junto dos detentores dos direitos de autor para a utilização ou reprodução de fotografias ou outro material que não esteja protegido pelos direitos de autor da UE.

PRINT	ISBN 978-92-76-09438-8	ISSN 2466-9989	doi: 10.2766/400291	NC-AN-19-022-PT-C
PDF	ISBN 978-92-76-09440-1	ISSN 2466-9997	doi: 10.2766/663973	NC-AN-19-022-PT-N

Cover image: composition with images © istock.com

Monitor da Educação e da Formação de 2019

PORTUGAL

O volume 2 do Monitor da Educação e da Formação de 2019 contém 28 relatórios individuais por país. Baseia-se nos mais recentes dados quantitativos e qualitativos para analisar as principais medidas políticas que foram tomadas em cada Estado-Membro da UE. Completa outras fontes de informação que descrevem os sistemas nacionais de ensino e formação.

A Secção 1 apresenta os principais indicadores para o ensino e a formação. A Secção 2 identifica sucintamente os principais pontos fortes e os desafios que se colocam aos sistemas de ensino e de formação do país. A secção 3 centra-se nos professores e nos desafios que se colocam à profissão docente. A Secção 4 analisa o investimento no ensino e na formação. A secção 5 trata das políticas para modernizar a educação pré-escolar e escolar. A Secção 6 analisa as medidas para modernizar o ensino superior. A secção 7 trata do ensino e formação profissionais e, por fim, a secção 8 abrange a educação de adultos.

O manuscrito foi concluído em 26 de agosto de 2019.

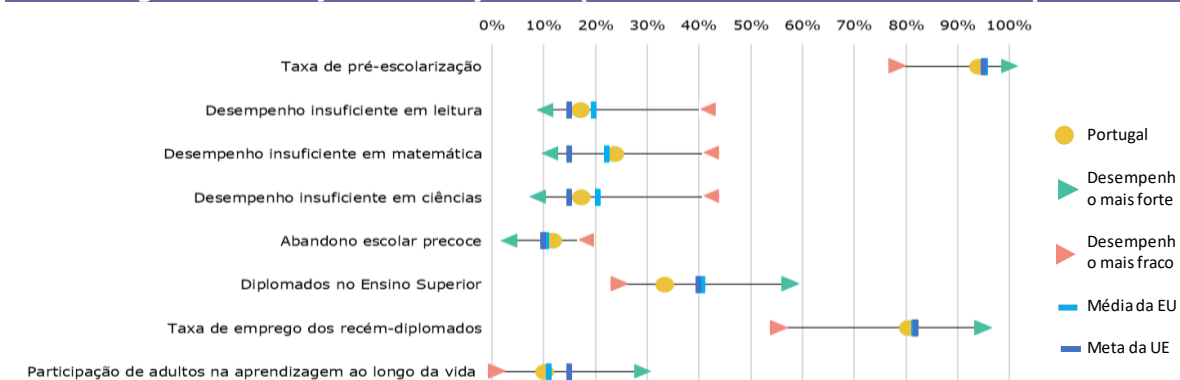
É possível consultar dados contextuais adicionais em linha (ec.europa.eu/education/monitor)

1. Indicadores-chave

		Portugal		Média da UE	
		2009	2018	2009	2018
Valores de referência EF 2020					
Abandono escolar precoce (18-24 anos)		30,9%	11,8%	14,2%	10,6%
Diplomados no Ensino Superior (30-34 anos)		21,3%	33,5%	32,3%	40,7%
Taxa de pré-escolarização (dos 4 anos de idade ao início da escolaridade obrigatória)		90,1%	94,2% ¹⁷	90,8%	95,4% ^{17,d}
Percentagem de jovens de 15 anos com desempenho insuficiente em:	Leitura	17,6%	17,2% ¹⁵	19,5% ^{EU27}	19,7% ¹⁵
	Matemática	23,8%	23,8% ¹⁵	22,3% ^{EU27}	22,2% ¹⁵
	Ciências	16,5%	17,4% ¹⁵	17,7% ^{EU27}	20,6% ¹⁵
Taxa de emprego dos recém-diplomados por nível de habilitações (20-34 anos que abandonam o ensino 1-3 anos antes do ano de referência)	CITE 3-8 (total)	82,4%	80,6%	78,3%	81,6%
Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida (25-64 anos)	CITE 0-8 (total)	6,4%	10,3%	9,5%	11,1%
Mobilidade para fins de aprendizagem	Alunos diplomados em mobilidade (CITE 5-8)	:	3,6% ¹⁷	:	3,6% ¹⁷
	Alunos diplomados em mobilidade com vista à obtenção de créditos (CITE 5-8)	:	7,5% ¹⁷	:	8,0% ¹⁷
Outros indicadores contextuais					
Despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB		7,0%	5,0% ¹⁷	5,2%	4,6% ¹⁷
Investimento na educação	CITE 0	€4 862 ¹²	€4 646 ¹⁵	:	€6 111 ^{15,d}
	CITE 1	€4 685 ¹²	€4 738 ¹⁵	:	€6 248 ^{15,d}
	CITE 2	€6 171 ¹²	€6 212 ¹⁵	:	€7 243 ^{15,d}
	CITE 3-4	€6 907 ^{12,d}	€6 609 ¹⁵	:	€7 730 ^{14,d}
	CITE 5-8	€7 403 ^{12,d}	€8 885 ^{15,d}	:	€11 413 ^{15,d}
Abandono escolar precoce (18-24 anos) (18-24 anos)	Nascidos no país	31,0%	11,7%	13,1%	9,5%
	Nascidos no estrangeiro	29,6%	12,8%	26,1%	20,2%
Diplomados no Ensino Superior (30-34 anos)	Nascidos no país	21,1%	33,1%	33,1%	41,3%
	Nascidos no estrangeiro	22,6%	36,8%	27,7%	37,8%
Taxa de emprego dos recém-diplomados por nível de habilitações (20-34 anos que abandonam o ensino 1-3 anos antes do ano de referência)	CITE 3-4	79,7%	75,0%	72,5%	76,8%
	CITE 5-8	84,0%	85,9%	83,8%	85,5%

Fontes: Eurostat; OCDE (PISA); os dados sobre a mobilidade na aprendizagem são calculados pelo Centro Comum de Investigação (CCI) da Comissão Europeia a partir dos dados UOE. Estão disponíveis informações adicionais na secção 10 e no volume 1 (ec.europa.eu/education/monitor). Notas: as médias do PISA de 2009 referentes à UE não incluem o Chipre; d = diferença na definição, u = baixa fiabilidade, 15 = 2015, 17 = 2017.

Figura 1 – Posição em relação aos países com maior e menor desempenho



Fonte: Comissão Europeia, cálculos da Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura (DG EAC), com base nos dados do Eurostat (LFS 2018, UOE 2017) e da OCDE (PISA 2015).

2. Destaques

- Os professores estão satisfeitos com o seu trabalho, porém, subsistem desafios tais como o envelhecimento da população docente, a elevada proporção de pessoal não permanente e as lacunas na integração e no desenvolvimento profissional contínuo.
- O investimento na modernização das infraestruturas é insuficiente, em especial, na educação e no acolhimento na primeira infância nas zonas metropolitanas.
- As disparidades regionais em termos de resultados educativos, repetição de ano e taxas de abandono precoce da educação e formação estão a melhorar. O número de diplomados do ensino superior aumentou, mas a procura de especialistas em TIC por parte das empresas excede a oferta.
- Mantém-se uma proporção muito significativa de adultos com um baixo nível de qualificações e é reduzida a participação dos adultos na aprendizagem.

3. Os professores em foco

Os professores estão satisfeitos com o seu trabalho, porém, sentem-se pouco valorizados pela sociedade. O inquérito TALIS 2018 (OCDE, 2019a) refere uma percentagem de professores satisfeitos com o seu trabalho superior à média da UE¹ (92,1 % *versus* 89,5 %) e essa percentagem baixa apenas ligeiramente após 5 anos de trabalho (91,9 %). Em termos globais, 64,8 % dos professores afirmam que, caso tivessem de decidir novamente, voltariam a escolher o ensino (média da UE: 77,6 %). A percentagem que refere o ensino como a primeira escolha profissional é a mais elevada na UE (84,2 % *versus* 65,7 %), mas é ligeiramente inferior no caso dos professores do sexo masculino (78,8 %). No entanto, muitos professores consideram que o ensino não é uma profissão valorizada pela sociedade (apenas 9,1 % considera a profissão valorizada, contra 17,7 % a nível da UE).

A formação inicial de professores está a ser modernizada, mas as mudanças ainda não se concretizaram. A formação de professores é realizada em estabelecimentos de ensino superior: as universidades preparam os professores principalmente para o ensino secundário, e os institutos politécnicos para o ensino pré-escolar e básico. A formação culmina com um estágio de várias semanas em «escolas de acolhimento», sob a supervisão de um professor orientador. Foi recentemente introduzida uma formação pedagógica para necessidades educativas especiais, todavia ainda não está presente em todos os programas (CNE, 2018; Liebowitz et al., 2018). No caso do ensino superior, o requisito mínimo para iniciar uma carreira académica nos institutos politécnicos e nas universidades é um grau de doutoramento (National Assembly, 2009a, 2009b). No entanto, uma proporção significativa, mas decrescente, de professores nos institutos politécnicos possui apenas graus inferiores.

Os programas de integração dos novos professores não cobrem a totalidade das escolas e existem obstáculos ao desenvolvimento profissional contínuo. No TALIS 2018 (OCDE, 2019a), 40 % dos professores referem a sua participação em algum tipo de integração formal ou informal quando foram trabalhar na escola atual. Foi designado um mentor para 14 % dos professores com menos de 5 anos de experiência. No que se refere ao desenvolvimento profissional contínuo, 88 % dos professores referem a participação em algum tipo de formação no exercício de funções nos últimos 12 meses e 82 % afirmaram que isso teve um impacto positivo na sua prática pedagógica. O TALIS também mostra que a percentagem de professores que se sentem bem ou muito bem preparados para ensinar num contexto multicultural ou multilingue é inferior à média da UE (18,9 % *versus* 23,8 %). Neste caso, 21,6 % dos professores referem uma necessidade elevada de desenvolvimento profissional contínuo (média da UE: 13,4 %). Uma percentagem elevada de professores refere que os respetivos empregadores não apoiam suficientemente a sua participação no desenvolvimento profissional contínuo (89,1 % *versus*

¹ Em 2018, 23 Estados-Membros participaram no inquérito TALIS: Áustria, Bélgica (fr), Bélgica (nl), Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Hungria, Inglaterra (Reino Unido), Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Portugal, República Checa, Roménia, Suécia. O TALIS 2018 abrange os diretores de escolas e os professores do ensino secundário inferior em escolas públicas e privadas regulares.

26,7 %, correspondente à média da UE) nem existem incentivos adequados para essa participação (84,6 % *versus* 52,9 %, correspondente à média da UE). Além disso, 77,2 % dos professores referem que a participação é dificultada devido a conflitos de horários (média da UE: 52,4 %).

Os professores sentem-se bastante confiantes na utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC), mas consideram necessário o desenvolvimento de competências. De acordo com o TALIS (OCDE, 2019a), a percentagem de professores que se sentem bem ou muito bem preparados para utilizar as TIC é ligeiramente superior à média da UE (40,2 % *versus* 39,4 %). Pouco menos de metade dos professores afirma que esta componente foi abrangida no ensino formal (46,9 % *versus* 52,9 %, correspondente à média da UE). A percentagem de professores que referem uma necessidade elevada de desenvolvimento profissional contínuo no que se refere às TIC é inferior à média da UE (12,0 % *versus* 16,1 %).

Caixa 1: Programa apoiado pela UE para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores

O programa «Formação contínua de docentes e outros agentes do sistema de educação e formação» tem por objetivo melhorar a qualidade do ensino através da melhoria de competências dos professores, dos diretores escolares e outro pessoal da educação e da formação.

O programa (com um orçamento total de 6,8 mil milhões de euros) é apoiado pelo Fundo Social Europeu. Ao longo de 2016-2018, 40 636 professores e outros profissionais participaram em ações de formação.

Principais resultados:

- mais de 90 % dos professores concluíram as respetivas atividades de desenvolvimento profissional com uma avaliação muito positiva;
- os participantes reconheceram o impacto positivo da formação no que se refere aos seguintes aspetos: alteração do seu modo de trabalho (74 %); desempenho na sala de aula (72 %); atualização dos conhecimentos curriculares (76,3 %); promoção do trabalho colaborativo (84,4 %); promoção da mudança e da inovação (61,4 %).
- resultados menos consensuais em relação ao contributo da formação para a melhoria dos resultados da aprendizagem (40,2 %), a autonomia (30,3 %) e o desempenho global da escola (42,5 %).

Ver: <https://www.dgae.mec.pt/gestrechumanos/pessoal-docente/formacao/formacao-continua/>

Não obstante as medidas recentes, existem muitos professores não permanentes. A percentagem de professores com contratos temporários aumentou entre 2015-2016 e 2016-2017 para 18,2 % no ensino básico e 21,7 % no ensino secundário (DGEEC, 2017, 2018). Em 2017-2018, a percentagem era de 16,9 % no ensino básico e 21,4 % no ensino secundário (DGEEC, 2019a). Em 2015-2016 entrou em vigor a «norma-travão», que permitiu a todos os professores com cinco contratos anuais sucessivos obter um contrato permanente, beneficiando 1400 professores temporários no primeiro ano. A «norma-travão» foi alargada aos professores com quatro e três contratos anuais em 2017 e 2018, respetivamente. Foram criados novos lugares permanentes, permitindo que 3260 e 3319 professores com contratos temporários passassem a efetivos em 2017-2018 e 2018-2019, respetivamente.

A população docente está a envelhecer e é predominantemente do sexo feminino. Os professores com idade inferior a 30 anos representam uma percentagem muito pequena de pessoal na CITE 1-3 (0,9 % *versus* 9,4 % a nível da UE em 2017)². A percentagem de professores com idade igual ou superior a 50 anos é de 43,8 % (média da UE: 36 %)³. Apenas 3,9 % do pessoal do ensino superior tinha idade inferior a 30 anos, tendo 43 % idade igual ou superior a 50 anos. Mais de dois terços dos professores e do pessoal académico em todos os níveis educativos são do sexo feminino, com as concentrações mais elevadas nos primeiros anos: as mulheres compõem ao nível

² Eurostat, UOE, 2017.

³ Em 2017, 41,0 % dos professores do ensino secundário e 39,8 % dos professores do ensino básico tinham idade igual ou superior a 50 anos. A percentagem de professores com idade inferior a 30 anos era de 1,1 % e 1,1 % para o ensino secundário e o ensino básico, respetivamente.

do ensino pré-escolar 99 % do pessoal docente, ao nível do ensino básico 81 % e ao nível do ensino secundário cerca de 70 %. Ao nível do ensino superior, esse número desce para 44 %.

Além disso, existem fortes disparidades entre os géneros nos cargos de direção de escolas e universidades. Há mais homens do que mulheres nos cargos de direção de escolas. No terceiro ciclo do ensino básico, menos de 40 % dos diretores são do sexo feminino (OCDE, 2014a). Os dados da amostra de 2016 mostram que apenas 36,9 % dos diretores universitários e 28,6 % dos reitores eram do sexo feminino (DGES, 2016). Mais de 70 % dos diretores de escolas têm idade superior a 50 anos (OECD, 2014a, 2014b).

4. Investir na educação e na formação

A despesa consagrada à educação aumentou em 2017 e é superior à média da UE, contudo, continua inferior ao nível anterior à crise. Em 2017, a despesa pública consagrada à educação foi de 5,0 % do PIB, um pouco mais do que em 2016 (4,8 %) e superior à média da UE (4,6 %)⁴. Esta situação ainda continua longe do nível registado antes da crise (7,1 % em 2010 e 5,9 % em 2013). A despesa pública consagrada à educação ao longo de 2010-2017 diminuiu 23 % em termos reais (ajustados pela inflação) (12-15 % no ensino básico e superior e 25 % no ensino secundário)⁵. A despesa anual por aluno nos ensinos básico, secundário e superior é inferior à média da OCDE (OCDE, 2019b).

O investimento nas infraestruturas escolares é insuficiente. Portugal destina menos de 2 % do orçamento da educação à construção ou modernização de infraestruturas escolares (Liebowitz *et al.*, 2018)⁶. Em 2007-2016, foi estabelecido um ambicioso plano de investimento para as infraestruturas escolares do ensino pré-escolar, básico e secundário. No entanto, os cortes orçamentais atrasaram o investimento previsto em cerca de dois terços das escolas do ensino secundário e os edifícios escolares atualmente apresentam níveis de degradação que resultam em condições de aprendizagem difíceis (Comissão Europeia, 2019). O Ministério da Educação prevê, ao abrigo do Orçamento de Estado de 2019, melhorias em 200 escolas do ensino secundário e 300 escolas do ensino pré-escolar e básico (Assembleia da República, 2019a). O plano de requalificação de 2016-2020 prevê um investimento de 744 milhões de euros, beneficiando 785 escolas em todo o país.

A despesa privada consagrada à educação é uma das mais elevadas na UE. A percentagem da despesa consagrada à educação (do ensino básico ao superior) proveniente de fontes privadas (20,8 %) conta-se entre as mais elevadas nos países da OCDE que são Estados-Membros da UE. Entre 2012 e 2015, a despesa privada em percentagem do PIB diminuiu de 1,18 % para 0,86 %⁷.

5. Modernizar a educação pré-escolar e escolar

A universalidade do acesso à educação e ao acolhimento na primeira infância apenas será possível se houver mais investimento público. O governo pretende proporcionar uma educação pré-escolar a todas as crianças a partir dos 3 anos até 2020 (em 2017, a taxa de participação era de 83,4 %). A participação na educação e acolhimento na primeira infância para crianças com idade compreendida entre 4 anos e o início da escolaridade obrigatória era de 94,2 % em 2017, face a 92,5 % em 2016 e quase 95,4 %, correspondente à média da UE. Há falta de vagas, em especial, nas zonas urbanas (Comissão Europeia, 2019). Em 2017, na zona de Lisboa, apenas estavam inscritas 88,8 % das crianças⁸. O governo planeia abrir mais de 5 000 vagas nos jardins de infância nas zonas urbanas até 2019⁹.

⁴ Eurostat, COFOG, 2017.

⁵ No que se refere à despesa pública anual consagrada à educação, 2010 representou um valor atípico, com níveis mais elevados de investimento do que nos anos anteriores e posteriores. Uma parte significativa investiu num vasto programa de educação de adultos.

⁶ Por outro lado, não inclui o investimento em infraestruturas a cargo dos municípios nas escolas de ensino pré-escolar e básico que não consta do orçamento nacional da educação nem é registado nas estatísticas da educação.

⁷ OCDE, *Private spending on education*. doi: 10.1787/6e70bede-en

⁸ Taxa bruta de pré-escolarização (%) por localização geográfica (NUTS - 2013) e sexo; anual. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. <http://www.ine.pt>

⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, Diário da República n.º 97/2018, Série I de 21.05.2021.

Elevados níveis de repetição do ano escolar - um problema grave. Dados oficiais (DGEEC, 2019b) mostram que a repetição do ano atinge um número significativo de alunos (7 %) do segundo ano do ensino básico, mas diminui no quarto e quinto anos (respetivamente, 2 % e 6 % de alunos em cada ano). Por este motivo, há um número crescente de alunos com idade superior à idade escolar esperada em cada ano e os alunos tendem a acumular múltiplas repetições (CNE, 2018). Leibowitz *et al.* (2018) recomendam a exploração de estratégias alternativas para responder às dificuldades dos alunos, por exemplo, um sistema de alerta rápido para identificar os alunos em risco de insucesso e a prestação de apoio pedagógico atempado e eficaz. O programa nacional para o sucesso escolar, apoiado pelo Fundo Social Europeu, segue essa abordagem preventiva e apoia soluções locais personalizadas, associadas às políticas de autonomia escolar. O Conselho Nacional de Educação (CNE, 2018) defendeu uma reorganização do ensino básico mediante a fusão do primeiro e segundo ciclos num único ciclo. Esta medida tem por objetivo facilitar a transição de um único professor para cerca de dez professores, a passagem para um maior número de disciplinas e a mudança de escola e colegas. Embora esta ideia tenha reunido algum apoio, os decisores políticos também salientam que a aplicação poderá ser complexa, exigindo uma reformulação da infraestrutura física e do ensino. Portugal conta-se entre os países com a percentagem mais baixa de alunos na escolaridade obrigatória que aprendem duas ou mais línguas.

O abandono escolar precoce está agora próximo da média da UE, embora continuem a existir diferenças consideráveis. A percentagem de jovens que abandonam precocemente a educação ou a formação diminuiu, de novo, de 12,6 % em 2017 para 11,8 % em 2018, aproximando-se da média da UE (10,6 %). Persistem grandes disparidades entre os géneros (14,7 % para o sexo masculino e 8,7 % para o sexo feminino em 2018). Também existem diferenças regionais muito significativas (28,3 % na região autónoma dos Açores *versus* 11,2 % no continente em 2018).

O programa de flexibilidade e autonomia curricular para o ensino secundário foi alargado a todas as escolas. Após uma fase piloto, todas as escolas podem agora beneficiar de um grau de flexibilidade na gestão curricular (de 0 % a 25 % da carga horária letiva semanal) (Assembleia da República 2018). Ainda não existem dados oficiais sobre o impacto do programa.

Caixa 2: O perfil – um quadro nacional das competências-chave

O [Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória](#), adotado em 2017, descreve o que os alunos deverão saber, compreender e executar no final do ensino secundário (em geral, aos 18 anos de idade). O perfil baseia-se nos dados das principais partes interessadas tais como sindicatos de professores, associações de alunos e pais, investigadores no domínio da educação, conselhos escolares e o Conselho Nacional de Educação. O Ministério da Educação desenvolveu instrumentos que mostram como esse perfil será aplicado a nível local (utilizando algumas escolas como estudos de casos). Além disso, o Ministério disponibilizou o sítio web [Flexibilidade e autonomia curricular](#) como espaço de reflexão e partilha de experiências. Reúne abordagens inovadoras em matéria de práticas pedagógicas e colaborativas; projetos desenvolvidos com a comunidade e para esta; educação para a cidadania; avaliação da aprendizagem.

Um boletim mensal¹⁰ aborda questões como a interligação dos conhecimentos de diferentes disciplinas; a importância da avaliação contínua e sistemática; o envolvimento ativo dos alunos na aprendizagem e na vida quotidiana da escola.

Este quadro das competências-chave no perfil baseia-se no [Quadro Europeu de Qualificações](#) (QEQ) e é completado por documentos de orientação ([Aprendizagens Essenciais](#) – AE) sobre a aprendizagem essencial para cada nível de ensino. Estes documentos enumeram os conhecimentos, as competências e as atitudes que os alunos devem desenvolver em cada ano e em cada disciplina.

Um terço dos adolescentes não gosta da escola e mais de metade não sente autoconfiança no respetivo nível de desempenho. Um inquérito recente a alunos do ensino básico superior e do ensino secundário inferior¹¹ mostra que 30 % dos alunos não gostam da

¹⁰ <http://afc.dge.mec.pt/pt/recursos/publicacoes>

¹¹ Ver: http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao_1545534554.pdf

escola. Apenas 4,2 % dos inquiridos consideram-se alunos «muito bons» e 52 % alunos «com pouco ou sem sucesso escolar». São as seguintes as principais dificuldades escolares identificadas: programas muito extensos (87,2 %), programas aborrecidos (84,9 %), matérias muito difíceis (82 %) e stresse relacionado com a avaliação (77 %).

6. Modernizar o ensino superior

Medidas destinadas a facilitar o acesso ao ensino superior. O governo adotou medidas para aumentar o número de matrículas no ensino superior nas regiões menos densamente povoadas e aumentou a oferta de cursos técnicos superiores profissionais e de programas de mestrado de dois anos. Outras medidas com início previsto em 2019-2020 reforçam o financiamento e o apoio social aos alunos. Incluem uma redução das propinas, bem como mais bolsas e alojamento para alunos com baixos rendimentos¹² (Assembleia da República, 2019b,c). Apenas 24 % dos estudantes beneficiam atualmente de bolsas para os estudos de primeiro ciclo (CE/EACEA/Eurydice, 2018) e as famílias contribuem para 70 % da despesa total. Outras medidas incluem o prolongamento do prazo de pagamento das propinas e taxas limitadas ou o ensino gratuito para os alunos que recebem subsídios sociais. Embora a taxa de conclusão do ensino superior no escalão etário dos 30-34 anos quase tenha duplicado em 10 anos (de 18,3 % em 2006 para 34,6 % em 2016), o objetivo nacional de alcançar 40 % em 2020 parece inatingível.

A mobilidade para fins de aprendizagem dos portugueses titulares de diplomas do ensino secundário e superior está próxima da média da UE. A percentagem de alunos que concluem o ensino secundário e obtêm um diploma de ensino superior fora de Portugal (3,6 %) era igual à média da UE em 2017; a percentagem que participa em períodos de estudo de curta duração e/ou estágios no estrangeiro (7,5 %) está próxima da mesma (8,0 %).

Uma abolição gradual das propinas a nível da licenciatura está a ser objeto de debate¹³. Os estabelecimentos de ensino superior consideram que a eliminação das propinas prejudicará a sustentabilidade financeira das universidades, que já enfrentam dificuldades devido ao financiamento público insuficiente, sem atenuar plenamente as dificuldades económicas dos alunos.

As empresas têm dificuldade em encontrar especialistas em TIC. Em 2018, 34,6 % das empresas dão conta de vagas difíceis de preencher que exigem competências TIC¹⁴. Em 2017, a percentagem de especialistas em TIC na população ativa era de 2,2 %, uma das mais baixas na UE e muito inferior à média (3,8 %). Quase metade destes especialistas concluiu um curso superior¹⁵ (inferior a 62,3 %, correspondente à média da UE) e apenas 14,4 % são mulheres (média da UE: 17,2 %). Em 2017, registou-se um crescimento de 30 % no número de alunos que concluíram os estudos profissionais de nível secundário superior em TIC (cerca de 1 000) e um aumento de 73 % (mais de 600) no número diplomados do ensino superior em TIC¹⁶. O número de alunos universitários matriculados em TIC também aumentou em 2017 (11 %), mas representa apenas 2,6 % do total de alunos e a disparidade entre géneros permanece grande (apenas 17 % de mulheres)¹⁷. A recomendação específica por país de 2019 que o Conselho da UE dirigiu a Portugal incluía: «Aumentar o número de diplomados do ensino superior, em especial no domínio das ciências e das tecnologias da informação» (Conselho da UE, 2019).

Os setores académico e empresarial advogam maior cooperação. Um inquérito recente¹⁸ mostra que os estabelecimentos de ensino superior tendem a cooperar com micro e pequenas empresas na respetiva região, colocando a tónica na mobilidade dos estudantes, na cooperação científica e na oferta de programas curriculares conjuntos. Mais de 60 % dos académicos não estão envolvidos em medidas de cooperação com as empresas. Os académicos consideram a falta de tempo e de financiamento como os principais obstáculos a uma maior cooperação. 77 % das

¹² Um programa nacional de dez anos aumentará o alojamento nas residências de estudantes. O programa tem por objetivo proporcionar alojamento para 25 % dos estudantes.

¹³ As conclusões da Convenção Nacional do Ensino Superior estão disponíveis [aqui](#).

¹⁴ Ver: https://digital-agenda-data.eu/datasets/digital_agenda_scoreboard_key_indicators/visualizations

¹⁵ Eurostat, Inquérito às forças de trabalho, 2018.

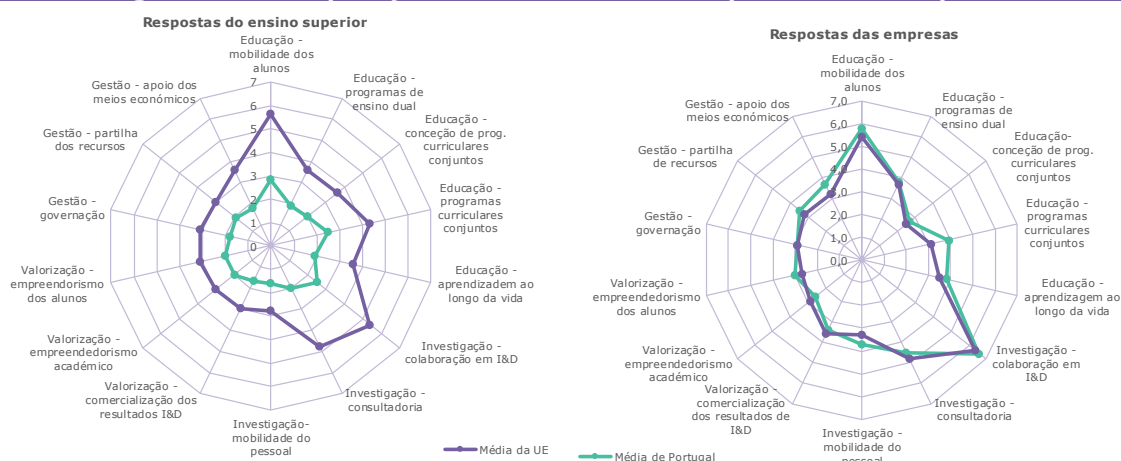
¹⁶ Eurostat, UOE, 2017.

¹⁷ Instituto Nacional de Estatística de Portugal: *Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º) por localização geográfica (NUTS - 2013), sexo e área de educação e formação (CITE-F 2013)*; anual. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

¹⁸ *State of University-Business Cooperation Portugal: University Perspective*. <https://ub-cooperation.eu/index/portugalhei>

empresas inquiridas indicam manter formas de cooperação médias a intensas com as universidades em ações conjuntas de I&D, cerca de 60 % em atividades de valorização e gestão e 50 % em assessoria¹⁹. Mais de dois terços participam em medidas relacionadas com a mobilidade dos alunos e um pouco menos no que se refere à mobilidade do pessoal. A cooperação é superior à média da UE no que se refere à mobilidade dos estudantes, aos programas de ensino dual, aos programas curriculares conjuntos e à aprendizagem ao longo da vida. As diferenças culturais, os diferentes horizontes temporais, a falta de conhecimentos empresariais nas universidades e a prioridade que estas dão à produção de resultados científicos são, segundo as empresas, os principais obstáculos a uma maior cooperação. Os académicos e as empresas declaram-se empenhados no aumento ou na manutenção da cooperação (99 % dos inquiridos).

Figura 2 – A cooperação na ótica do ensino superior e das empresas



Fonte: cálculos da DG EAC, com base nos dados do *State of University-Business Cooperation in Europe 2019*. Código: 0: inexistente; 1-4: baixa; 5-7: média; 8-10: elevada.

7. Modernizar o ensino e a formação profissionais

Embora quase 40 000 novos alunos tenham iniciado EFP em 2017, há a registar uma diminuição de quase 4 % em relação a 2016. O número total de matrículas no EFP de nível secundário superior (40,7 % de todos os alunos nesse nível de ensino) também registou uma pequena diminuição em 2017 e é inferior a 47,8 %, correspondente à média da UE²⁰. A taxa de emprego dos alunos que concluíram recentemente o EFP diminuiu passou de 78,9 % em 2017 para 77,4 % em 2018, abaixo dos 79,5 %, correspondentes à média da UE.

Portugal deve alinhar melhor a oferta de EFP com as necessidades do mercado de trabalho. A melhoria de competências tornou-se um imperativo económico devido a profundas mudanças na natureza do trabalho. Desde há algum tempo que o EFP é uma prioridade política a nível nacional e as oportunidades de disponibilização de formação melhoraram consideravelmente ao longo da última década. No entanto, subsiste um défice estrutural significativo nas qualificações da população ativa. Uma recolha e uma divulgação mais sistemáticas dos dados relativos ao EFP são necessárias para continuar a melhorar o acesso aos programas, bem como a respetiva qualidade e pertinência para o mercado de trabalho. Os relatórios da OCDE relativos à Estratégia Nacional de Competências também referem melhorias significativas nesta área, particularmente em virtude da orientação que é dada no sentido de ajustar a oferta de EFP através do sistema de antecipação das necessidades de qualificação que envolve diferentes partes interessadas públicas e privadas na identificação das necessidades em matéria de competências.

Foram dados passos importantes no que se refere aos programas curriculares e à formação de professores e formadores de EFP. Em 2018, os novos princípios para os programas curriculares do ensino secundário superior, incluindo programas de EFP, conferiram maior autonomia aos prestadores de formação. As escolas podem agora adaptar os currículos às necessidades locais e aplicá-los de modo mais flexível. Com a adoção de três normas de formação

¹⁹ *State of University-Business Cooperation Portugal: Business Perspective* <https://ub-cooperation.eu/index/portugalbus>

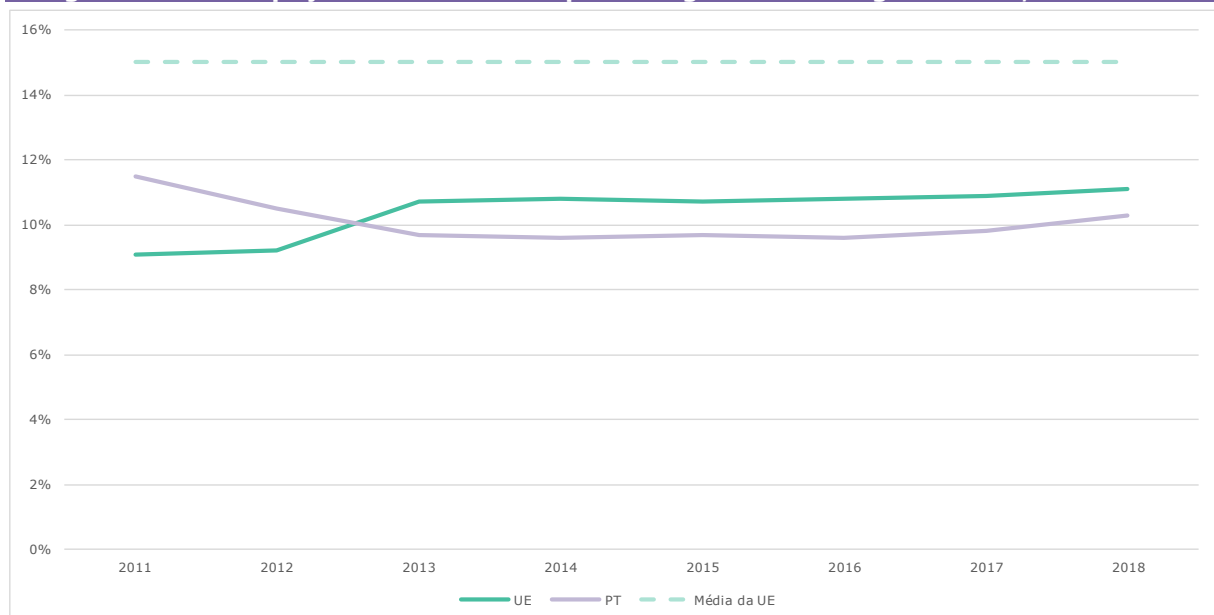
²⁰ Eurostat, UOE 2017.

pedagógica, Portugal pretende aumentar a qualidade do desenvolvimento profissional contínuo para professores e formadores do EFP. Tais normas também dizem respeito à formação contínua de formadores das empresas e de formadores à distância (e-formadores)²¹.

8. Desenvolver a educação de adultos

A participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida está a crescer, mas continua inferior aos índices de referência da UE. Em 2018, a taxa de participação de adultos na educação e formação (10,3 %) estava próxima da média da UE (11,1 %), mas continuava inferior ao valor de referência da UE (15 %). A taxa é superior à média da UE para os adultos com habilitações até ao terceiro ciclo do ensino básico (4,7 % *versus* 4,3 %), para os que concluíram o ensino secundário superior e pós-secundário não superior (11,2 % *versus* 8,8 %) e para os diplomados do ensino superior (20,7 % *versus* 19,0 %). A recomendação específica por país de 2019 para Portugal incluía: «Melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital, tornando nomeadamente a educação dos adultos mais adequada às necessidades do mercado de trabalho» (Conselho da UE, 2019)

Figura 3 – Participação de adultos na aprendizagem em Portugal e na UE, 2011-2018



Fonte: Eurostat, Inquérito às forças de trabalho.

Notas: taxa de participação na educação e formação (últimas 4 semanas) em % da população com idade entre 25-64 anos

O desenvolvimento de uma estratégia coerente permanece um grande desafio. Está atualmente em curso a fase de ação da Estratégia Nacional de Competências, com especial incidência no reforço da educação de adultos. A sua aplicação bem sucedida será fundamental para «ajudar o país a recuperar plenamente da última recessão e cumprir os desafios de uma economia cada vez mais global e digital» (OCDE, 2018). O início do programa «Qualifica» em 2017 constituiu um marco fundamental. O financiamento da educação de adultos aumentou, tal como a contratação e a formação de pessoal para os 294 centros Qualifica, que serão monitorizados por equipas regionais. Além disso, está em curso a promoção do Qualifica entre as empresas e para a criação de redes locais. O programa Ler+Qualifica foi lançado em outubro de 2018, em conjunto com o Plano Nacional de Leitura 2027. Está também em desenvolvimento um programa nacional de alfabetização de adultos. A nova campanha nacional de informação destina-se aos grupos mais carenciados e visa uma maior sensibilização para o valor do desenvolvimento de competências. As competências digitais merecem especial destaque uma vez que, não obstante os esforços ao abrigo do programa «Portugal INCoDe.2030», o défice de competências TIC continua a crescer significativamente. A eficácia de todas estas medidas exige um acompanhamento minucioso e o

²¹ Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores – Formador de Tutores, Referencial de Formação Pedagógica Contínua do Formador à Distância – (e-Formador), Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores – Formador de Unidades de Formação de Curta Duração-UFCD à Distância (Formato Híbrido).

apoio de professores e formadores qualificados. No entanto, é ainda necessário fazer da carreira de educador de adultos uma opção reconhecida, atrativa e duradoura, apoiada por cursos especializados e graus académicos na vertente da educação/formação de educadores de adultos.

9. Referências

CEDEFOP (em breve), *Developments in vocational education and training policy in 2015-19: Portugal. Monitorização e análise das políticas de EFP, CEDEFOP.*

CEDEFOP (em breve), *Vocational education and training in Portugal: short description.* Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

CEDEFOP ReferNet (2018), *Portugal: promoting equal opportunities for VET learners.* <http://www.cedefop.europa.eu/pt/news-and-press/news/portugal-promoting-equal-opportunities-vet-learners>

Conselho da União Europeia (2019), *Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas 2019 de Portugal e que emite um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade 2019 de Portugal.*

CNE (2018), *O Estado da Educação 2017.* Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

DGEEC (2017), *Perfil do docente 2015-2016,* Portugal: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

DGEEC (2018), *Perfil do docente 2016-2017,* Portugal: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

DGEEC (2019a), *Estatísticas da Educação 2017/2018:* Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

DGEEC (2019b), portal Infoescolas. Consultado em 28.02.2019 a partir de <http://infoescolas.mec.pt/>

DGES (2016), *Dados relativos aos estabelecimentos de ensino superior. Portugal:* Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)

Comissão Europeia (2019), *Semestre Europeu: Relatório por país – Portugal.*

https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/2019-european-semester-country-report-portugal_pt.pdf

Liebowitz, David; González, Pablo, Hooge, Edith e Gonçalo Lima (2018), *OECD Reviews of School Resources: Portugal 2018.* Paris: Publicação da OCDE.

Assembleia da República (2009a), *Decreto-Lei n.º 205/2009 – Estatuto da Carreira Docente Universitária.* Diário da República, Série I (168), 5729-5757.

Assembleia da República (2009b), *Decreto-Lei n.º 207/2009 – Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.* Diário da República, Série I (168), 5760-5784.

Assembleia da República (2018), *Portaria n.º 235-A/2018.* Diário da República n.º 162/2018, Série I, 4342-(2) a 4342-(17).

Assembleia da República (2019a), *Orçamento de Estado de 2019. Proposta de lei n.º 156/XIII.*

Assembleia da República (2019b), *Resolução da Assembleia da República n.º 1969/2019.* Diário da República, Série II (56), 11-12.

Assembleia da República (2019c), *Decreto-Lei n.º 1120/2019.* Diário da República, Série II (57), 95-97. Assembleia da República (2009a), *Decreto-Lei n.º 205/2009 – Estatuto da Carreira Docente Universitária.* Diário da República, Série I (168), 5729-5757.

OCDE (2014a), *TALIS 2013 Results: An international perspective on teaching and learning.* Paris: Publicação da OCDE.

OCDE. (2014b), *TALIS 2013: Country profile Portugal.* Paris: Publicação da OCDE.

OCDE (2018), *Skills Strategy Implementation Guidance for Portugal: Strengthening the Adult-Learning System,* OECD Skills Studies. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264298705-en>

OCDE (2019a), *TALIS 2018 Results (Volume I): Teachers and School Leaders as Lifelong Learners, TALIS*

OCDE (2019b), *Education Policy Outlook*

Anexo I: Fontes dos indicadores-chave

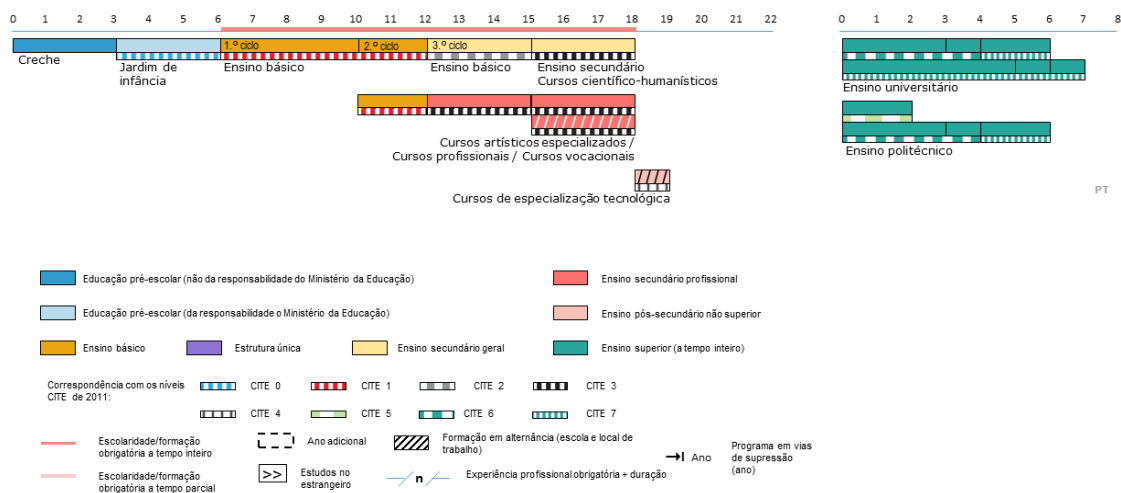
Indicador	Eurostat, código dos dados em linha
Abandono precoce do ensino e da formação	edat_lfse_14 + edat_lfse_02
Diplomados do Ensino Superior	edat_lfse_03 + edat_lfs_9912
Taxa de pré-escolarização	educ_uoe_enra10
Desempenho insuficiente em leitura, matemática e ciências	OCDE (PISA)
Taxa de emprego dos recém-diplomados	edat_lfse_24
Participação de adultos na aprendizagem	trng_lfse_03
Despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB	gov_10a_exp
Despesa com instituições públicas e privadas por aluno	educ_uoe_fini04

Mobilidade para fins de aprendizagem:

- Alunos diplomados em mobilidade
- Alunos diplomados em mobilidade com vista à obtenção de créditos

Cálculos do CCI com base nos dados da Eurostat/UIS/OCDE

Anexo II: Estrutura do sistema de ensino



Fonte: Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2018. The Structure of the European Education Systems 2018/19: Schematic Diagrams. Eurydice Facts and Figures. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

As perguntas e os comentários relativos ao presente relatório são bem-vindos e podem ser enviados por correio eletrónico para:
 Antonio GARCIA GOMEZ
antonio.garcia-gomez@ec.europa.eu
 OU
EAC-UNITE-A2@ec.europa.eu

Resumo

Destaques da análise transnacional

Destaques da análise por país



Resumo

De todos os fatores do ambiente escolar, considera-se que os professores constituem aquele que tem maior impacto nos resultados de aprendizagem dos alunos. Além disso, os professores representam mais de 60 %²² da despesa pública com a educação na UE. Qualquer esforço político no sentido de melhorar os resultados escolares – ou a eficiência da educação e da formação – deve passar por uma análise cuidadosa do papel dos professores e procurar formas de os ajudar a atingirem um nível de excelência no desempenho da sua exigente profissão. Os dados do mais recente inquérito TALIS da OCDE vêm permitir uma melhor compreensão da situação dos professores. Esses dados servem de base para o Monitor da Educação e da Formação de 2019, que contém uma parte dedicada à análise da situação dos professores na UE. Sendo uma fonte única de informação sobre as motivações, a aprendizagem ao longo da vida e a carreira docente, os novos dados do TALIS 2018 podem ajudar os decisores políticos a aproveitarem todo o potencial dos professores, prevenindo e enfrentando desafios.

Após a parte dedicada aos professores, o Monitor de 2019 propõe-se analisar as metas atualmente adotadas pelo Conselho da União Europeia ao abrigo do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia «Educação e Formação 2020» («indicadores de referência da UE»). Esta parte do relatório apresenta os dados mais recentes sobre a frequência da educação e acolhimento na primeira infância, o abandono escolar precoce, a taxa de conclusão do ensino superior, o insucesso na aquisição de competências básicas, a taxa de emprego entre os recém-licenciados, a educação de adultos e a mobilidade para fins de aprendizagem no ensino superior. Em seguida, o Monitor de 2019 procede a uma análise dos indicadores referentes a outras prioridades bem estabelecidas ou emergentes no domínio da educação, nomeadamente a educação para o empreendedorismo, a educação digital e o multilinguismo. O relatório termina com uma secção que analisa o investimento público em educação e formação.

No centro do processo de ensino e aprendizagem: os professores

Por toda a UE, os sistemas de ensino deparam-se com uma série de desafios relacionados com os professores. Vários países já enfrentam, ou estão prestes a enfrentar, um défice de professores, seja de uma forma generalizada, seja em áreas específicas (normalmente, ciências, tecnologia, engenharia e matemática). Esse défice é mais evidente em áreas geográficas específicas. Tendo em conta o número de professores com 50 anos ou mais, os 23 países da UE que participaram no TALIS 2018 terão de renovar cerca de um terço da sua população docente dentro de aproximadamente uma década. Pelo menos cinco países da UE terão de renovar cerca de metade dos seus professores do 3.º ciclo do ensino básico e do secundário nesse período, a saber a Itália, a Bulgária, a Lituânia, a Estónia, a Grécia e a Letónia (o mesmo se aplica aos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico nos três primeiros países enumerados).

Para que a renovação da população docente seja bem-sucedida, é necessário agir com base em fatores-chave, como o número de estudantes que decidem seguir a via do ensino, o número de professores que começam a trabalhar e o número de professores que deixam de trabalhar. Para enfrentar este desafio, é necessário reforçar a atratividade da profissão e oferecer boas condições de trabalho para uma atividade profissional sustentada.

²² Cálculo da DG EAC relativo às estatísticas do Eurostat sobre as finanças públicas, ano de referência: 2017 ([gov_10a_exp](#)).

De acordo com os dados do inquérito, apenas 18 % dos professores do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário na UE consideram que a sua profissão é valorizada pela sociedade. Esta percentagem diminui à medida que os professores avançam na carreira docente. Da mesma forma, a percentagem de professores com mais anos de carreira que continuariam a escolher essa profissão diminuiu significativamente em vários países da UE. No geral, regista-se uma particular dificuldade em atrair homens para o ensino, especialmente no caso do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e da educação pré-escolar, nos quais a proporção de professoras atinge os 85 % e 96 %, respetivamente.

Os salários dos professores nem sempre se comparam favoravelmente aos salários de outros profissionais igualmente qualificados. Entre os países da UE com dados disponíveis, existem quatro (República Checa, Eslováquia, Itália e Hungria) onde todos os professores, de qualquer nível de ensino, recebem no máximo 80 % daquilo que outros trabalhadores com formação superior recebem. Na maioria dos Estados-Membros, os professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e, sobretudo, da educação pré-escolar, recebem menos que os professores do 3.º ciclo do ensino básico e do secundário. O salário dos professores tende a ser mais alto no ensino secundário do que no 3.º ciclo do ensino básico.

Verifica-se também um défice de professores com perfis específicos. Quase 40 % dos diretores de escolas do 3.º ciclo da UE afirmam que a falta de professores habilitados a ensinar alunos com necessidades educativas especiais prejudica a qualidade do ensino na sua escola. Os diretores também referem a escassez de professores com competências para ensinar num ambiente multicultural ou multilingue (maior escassez em França, na Itália e em Portugal), assim como com competências para ensinar alunos de famílias socioeconomicamente desfavorecidas (maior escassez em França, na Itália e em Portugal). Este segundo tipo de escassez deve-se às mudanças que têm ocorrido a nível das tecnologias e da diversidade em sala de aula e aponta para a necessidade de melhorar a formação dos professores (inicial e contínua).

Com efeito, num contexto tecnológico e demográfico em evolução, os professores carecem, mais do que nunca, de novas competências, designadamente para lidar com a diversidade cultural e linguística em sala de aula, lecionar num ambiente tecnologicamente rico e adotar práticas de ensino colaborativas. Enquanto 92 % dos professores referem frequentar regularmente ações de desenvolvimento profissional, 21 % referem uma necessidade adicional de formação para lecionar a alunos com necessidades educativas especiais; 16 % referem a necessidade adicional de formação para utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no processo de ensino; e cerca de 13 % referem a necessidade adicional de formação para ensinar em ambientes multilingues e multiculturais.

Frequência crescente do ensino e níveis de escolaridade: principais resultados alcançados na última década

Na última década, a UE assistiu a um aumento substancial da taxa de conclusão do ensino superior e atingiu a sua meta de ter pelo menos 40 % de licenciados entre as pessoas com idade compreendida entre os 30 e os 34 anos (face aos 32 % de 2009). Apesar deste aumento, existem padrões claros de desigualdades no que diz respeito aos níveis de escolaridade. Por exemplo, em média, o número de mulheres licenciadas (45,8 %) é superior ao dos homens (35,7 %), diferença que tem aumentado continuamente nos últimos anos. Normalmente, as mulheres concluem o ensino superior mais cedo do que os homens. Além disso, a taxa de jovens adultos que concluem o ensino superior é mais elevada nos países inquiridos, ou em qualquer outro local da UE, do que nos países não pertencentes à UE (41,0 % face a 35,8 %, respetivamente). No entanto, uma visão geral das medidas políticas destinadas a ampliar o número de licenciados mostra que menos de metade dos países da UE estabelecem metas específicas para apoiar o acesso de grupos sub-representados ao ensino superior, como, por exemplo, pessoas com deficiências, migrantes ou estudantes provenientes de meios desfavorecidos.

O número de crianças com mais de 4 anos a frequentar a educação pré-escolar aumentou, e a frequência deste nível de ensino já é quase universal. No que toca às crianças com mais de 3 anos, registam-se também elevadas taxas de frequência da educação pré-escolar. No entanto, embora a taxa de frequência seja de 90 % para a população em geral, no grupo de crianças em risco de pobreza ou exclusão social é de 77,8 %. Verificou-se que frequentar a educação pré-escolar nos primeiros anos de vida é benéfico para obter melhores resultados de aprendizagem mais tarde na vida, principalmente no caso das crianças de famílias provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos. É necessário fazer face ao desafio de garantir a igualdade de acesso à educação nos primeiros anos de vida.

Desde o início do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e Formação em 2009, a proporção de jovens adultos que abandonam o ensino e a formação sem concluir pelo menos o ensino secundário diminuiu consideravelmente. Contudo, ao nível da UE, este processo foi interrompido em 2016. Comparando 2016 com 2018, verifica-se que houve progressos no que diz respeito a este indicador nos países maiores, como a Espanha ou a Polónia, bem como em outros países, como a Roménia, os Países Baixos e Portugal. No entanto, essa tendência é contrariada por desenvolvimentos negativos em outros países, por exemplo a Itália, a Suécia, a Dinamarca, a Eslováquia e a Estónia (por ordem decrescente tendo em conta o tamanho da população). Além disso, nos últimos dois anos, as taxas de abandono escolar precoce aumentaram, tanto no caso dos jovens adultos nascidos na UE (entre 2016 e 2017) como no caso dos nascidos fora da UE (entre 2017 e 2018). A redução do abandono precoce continua a ser uma prioridade e um objetivo da UE, uma vez que os alunos que abandonam o ensino e a formação antes de obter um diploma do ensino secundário irão confrontar-se com taxas mais baixas de emprego e de frequência da educação de adultos.

O principal desafio para a próxima década: melhorar os resultados escolares e aumentar o número de adultos a frequentar o ensino

A taxa de frequência do ensino pode ser calculada através de dados como o número de matrículas, as qualificações obtidas ou os testes de desempenho. Estes revelam que a redução do número de crianças de idade inferior a 15 anos com insucesso escolar, a fim de atingir a meta da UE de menos de 15 % até 2020²³, continua a ser um desafio, principalmente no caso dos alunos provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos. A incapacidade de aos 15 anos de idade realizar tarefas básicas de matemática, leitura ou ciências afeta as probabilidades de os indivíduos continuarem a estudar, encontrarem e manterem um emprego mais tarde na vida, assim como de lidarem com o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e de se desenvolverem como cidadãos. Na verdade, entre 2012 e 2015, a UE afastou-se ainda mais do cumprimento desta meta. Cerca de um quinto dos alunos da UE não são capazes de realizar tarefas básicas de leitura; nas ciências e na matemática, o número é ligeiramente superior (dados de 2015). Apesar das condições de fundo menos favoráveis, ou por vezes adversas, cerca de um quarto dos alunos provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos nascidos noutra país são considerados academicamente resilientes. Os fatores individuais associados a uma maior resiliência destes alunos incluem expectativas académicas elevadas, e não a retenção de ano. Por outro lado, a desmotivação em relação à escola (por exemplo, faltar às aulas e consumir substâncias) tem uma correlação negativa com a resiliência. Os fatores que, ao nível da escola, se correlacionam positivamente com a resiliência incluem a utilização das avaliações escolares, a associação dos resultados dos testes dos alunos ao desempenho dos professores, a disponibilização de salas de estudo adequadas e o convívio rotineiro com alunos de um estatuto socioeconómico superior.

Ao longo dos anos, houve um aumento limitado da percentagem de adultos na UE que participaram numa ação de ensino e formação nas últimas quatro semanas – de 9,5 % em 2008 para 11,1 % em 2018. Além disso, em praticamente todos os países da UE, as pessoas com poucas ou

²³ Os dados relativos a este indicador de referência provêm do estudo PISA da OCDE. Considera-se insucesso escolar quando o aluno obtém uma classificação abaixo do nível 2.

nenhumas qualificações – as que mais carecem de acesso ao ensino – têm menos probabilidades de beneficiar disso. A idade e o nível de escolaridade são importantes quando se trata da frequência do ensino por parte de adultos. A probabilidade de os jovens adultos (25 a 34 anos) frequentarem o ensino é mais de quatro vezes superior à dos adultos de 55 a 64 anos. Do mesmo modo, quem possui um diploma do ensino superior têm uma probabilidade mais de quatro vezes superior de frequentar o ensino do que aqueles que possuem no máximo um diploma do ensino secundário.

Desenvolver competências para a vida e o emprego futuros

Há muito que os estudos comprovaram as vantagens de uma experiência de estudo no estrangeiro. A mobilidade transnacional para efeitos de aprendizagem está associada a mobilidade numa fase posterior da vida, rendimentos mais altos e menor risco de desemprego. «Tornar a mobilidade para fins de aprendizagem uma realidade para todos» é um dos objetivos do Espaço Europeu da Educação²⁴. Em 2017, 11,6 % dos licenciados «eram móveis», o que significa que efetuaram os seus estudos parcial ou totalmente no estrangeiro. Desses alunos, cerca de 8 % estiveram no estrangeiro por períodos de curta duração, enquanto 3,6 % obtiveram o seu diploma no estrangeiro. O Programa Erasmus+ financiou cerca de metade dos períodos de estudo de curta duração dos licenciados da UE no estrangeiro. No geral, o Luxemburgo, Chipre, os Países Baixos e a Finlândia (por ordem decrescente) têm um elevado número de licenciados «móveis». No que se refere à mobilidade interna, que regista o volume de estudantes que entram num país por um período de estudo, esta pode ser entendida como uma medida da atratividade do sistema de ensino. No que diz respeito a esse indicador, o Reino Unido lidera, tanto em percentagem de alunos que recebe como em números absolutos.

São várias as competências essenciais (ou combinação de conhecimentos, competências e atitudes) que podem contribuir para as oportunidades de vida, uma transição mais fácil para o mercado de trabalho e as perspetivas de emprego de um indivíduo. Por exemplo, a frequência do ensino do empreendedorismo aumenta, em média, em 35 % a probabilidade de envolvimento em atividades de empreendedorismo mais tarde na vida. Desses 35 %, um aumento de 7 pontos percentuais deve-se a uma maior auto perceção dos participantes em relação às suas competências em empreendedorismo. No entanto, os dados disponíveis mostram que, na UE, a frequência do ensino do empreendedorismo é maioritariamente opcional e que é obrigatória em apenas alguns países.

Além disso, o potencial das tecnologias digitais para melhorar as práticas de ensino está a ser limitado pelos desafios que os sistemas de ensino ainda enfrentam. Para uma transformação digital de sucesso, é necessário que as escolas reconheçam a necessidade de os professores possuírem competências digitais para fins pedagógicos, concebam abordagens pedagógicas inovadoras, adquiram equipamentos digitais e ofereçam uma melhor conectividade. É necessário implementar o desenvolvimento de capacidades em matéria de avaliação digital para alunos, professores, escolas e sistemas de ensino.

Além disso, o conhecimento de várias línguas pode aumentar as perspetivas de emprego dos indivíduos. Entre 2005 e 2015, registou-se na Europa um aumento geral do número de alunos cujo currículo incluía a aprendizagem obrigatória de línguas, tanto no ensino básico como no

²⁴ Em novembro de 2017, os líderes da UE reuniram-se em Gotemburgo para discutir a dimensão social da Europa, incluindo os domínios da educação e da cultura. No âmbito do debate sobre o Futuro da Europa, a Comissão estabeleceu a sua visão e medidas concretas para criar um Espaço Europeu da Educação até 2025. Um dos principais objetivos do Espaço Europeu da Educação é «tornar a mobilidade uma realidade para todos», aproveitando as experiências positivas do Programa Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade e expandindo a participação nestas iniciativas, assim como criando um cartão de estudante da UE que possibilite uma nova forma de armazenar facilmente informações relativas ao registo académico de uma pessoa. Outras medidas para aumentar a mobilidade no Espaço Europeu da Educação incluem o início de novos procedimentos que garantam o reconhecimento mútuo de diplomas, a melhoria da aprendizagem de línguas, a criação de uma rede de universidades europeias e o apoio aos professores e à sua mobilidade.

secundário. Relativamente ao 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 83,7 % das crianças aprenderam pelo menos uma língua estrangeira em 2014, ao passo que uma década antes este valor era de 67,3 %. No 3.º ciclo do ensino básico, 59 % dos alunos aprenderam duas línguas na escola em 2015, face a 46,7 % em 2005.

Após atingir o ponto mais baixo em 2013 (75,4 %), a taxa de emprego dos recém-licenciados da UE tem aumentado continuamente. Sendo de 81,6 % em 2018, a taxa está agora próxima do nível pré-crise de 82 % registado em 2008. No entanto, alguns países ainda sofrem os efeitos da crise na empregabilidade dos recém-licenciados, em particular a Grécia e a Itália, onde a taxa de emprego dos recém-licenciados ronda os 55 %. Em comparação com os alunos do ensino secundário com uma qualificação profissional, os alunos com uma qualificação geral têm uma transição mais difícil para o mercado de trabalho (66,3 % contra 79,5 %). A taxa de emprego entre os licenciados era de 85,5 % em 2018.

Investimento público na educação

Em 2017, os Estados-Membros da UE investiram, em média, 4,6 % do seu produto interno bruto (PIB) nos respetivos sistemas de ensino. Esta percentagem tem vindo a sofrer uma diminuição ligeira, mas contínua, nos últimos anos, uma vez que em 2014 era de 4,9 %. Em média, os países da UE gastam cerca de um terço da sua despesa pública destinada à educação na educação pré-escolar e no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 41 % no 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, e 15 % no ensino superior. Analisando os diversos setores da educação, as despesas reais no 3.º ciclo do ensino básico, no ensino secundário e pós-secundário diminuíram (-1,3 % entre 2016 e 2017) e aumentaram na educação pré-escolar e no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico (+1,4 %), bem como no ensino superior (+1,7 %).

Até à data, as tendências na despesa com a educação têm sido largamente independentes dos desenvolvimentos demográficos, com a exceção parcial da despesa com o ensino superior. Devido ao declínio previsto da população em idade escolar em muitos países da UE, é provável que mesmo as despesas recorrentes com a educação resultem num aumento das despesas por aluno.

Destaques por país

Alemanha

A Alemanha anunciou investimentos significativos na digitalização, no ensino superior e na investigação para a próxima década, mas também no ensino escolar. A Alemanha prepara-se atualmente para uma mudança fundamental nas competências da sua população ativa, realizando iniciativas digitais e reorientando o sistema de educação de adultos. A população docente está a envelhecer, e a Alemanha enfrenta o desafio de substituir um grande número de professores. Os jovens oriundos de meios socioeconómicos desfavorecidos e/ou da migração continuam a não conseguir atingir os mesmos níveis de escolaridade.

Áustria

Para evitar o défice de professores, a Áustria precisa de atrair alunos suficientes para a formação inicial de professores e melhorar o desenvolvimento profissional contínuo. O investimento no ensino superior visa melhorar o ambiente de estudo. A melhoria das competências digitais é uma prioridade no sistema de ensino e formação. A descontinuidade das recentes reformas pode comprometer os esforços envidados para integrar os alunos oriundos da migração e melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos provenientes de meios sociais desfavorecidos.

Bélgica

A Comunidade Flamenga (BE fl) implementará reformas em todos os níveis de ensino, designadamente a formação em alternância, a partir de setembro de 2019. A Comunidade Francesa (BE fr) também implementará reformas do sistema de ensino, começando com mudanças a nível da governação, seguindo-se o novo currículo comum alargado e a reforma da formação inicial de professores a partir de setembro de 2020. As despesas com a educação na Bélgica estão entre as mais altas da UE, mas os resultados de aprendizagem são comparativamente baixos, o que sugere que existe uma margem de aumento da eficiência e da eficácia. Para se reduzir as desigualdades e melhorar os resultados, é necessário apoiar mais os professores na gestão da diversidade nas salas de aula. A taxa de conclusão do ensino superior é alta, mas ainda existem disparidades entre regiões e grupos.

Bulgária

A modernização do sistema de ensino e formação prossegue, ao mesmo tempo que a qualidade, a relevância do mercado de trabalho e a inclusão continuam a ser um desafio. As tendências demográficas e a crescente falta de competências sugerem que a Bulgária necessita de investir melhor nas competências dos seus profissionais atuais e futuros. A necessidade de melhoria das competências e de requalificação da população adulta é grande, ao passo que o número de adultos a frequentar o ensino é baixo. A profissão docente é subvalorizada, e a classe docente está a envelhecer. Os salários têm vindo a ser aumentados por forma a tornar a profissão mais atrativa. Foram tomadas medidas para aumentar a relevância do mercado de trabalho do ensino e da formação profissionais (EFP).

Chipre

A profissão docente é altamente atrativa. As reformas de melhoria são promissoras, mas necessitam de ser sustentadas e ampliadas. As reformas implementadas visam promover uma educação e um acolhimento públicos de alta qualidade na primeira infância. No entanto, a oferta é insuficiente para os primeiros anos de vida das crianças. Os níveis de conclusão do ensino superior aumentaram ainda mais, mas a subutilização de competências continua a ser um desafio, dadas as características específicas do mercado de trabalho cipriota. Foram tomadas medidas para melhorar o ensino e a formação profissionais e a educação de adultos, mas a atratividade de ambas as vertentes de ensino e a frequência das mesmas permanecem baixas.

Croácia

Estão em curso a implementação-piloto da reforma curricular e a adoção de medidas ambiciosas que permitam uma implementação plena, bem como reformas do ensino e da formação profissionais. A frequência da educação pré-escolar é limitada pela falta de educadores e de vagas. Os planos para alargar o muito curto tempo médio de instrução podem ajudar a melhorar os fracos resultados na educação.

Dinamarca

As mudanças no ensino universitário estão a torná-lo mais flexível e favorável ao mercado de trabalho, mas mantêm-se a necessidade de aumentar o número de licenciados nas áreas CTEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática). O número de estágios disponíveis aumentou, e estão a ser tomadas medidas para promover a educação de adultos. O facto de as despesas com a educação serem reduzidas está a afetar as escolas e as universidades. Há uma significativa variabilidade a nível local no que toca ao desempenho escolar dos jovens oriundos da migração.

Eslováquia

A Eslováquia está a melhorar a educação e o acolhimento na primeira infância, o que é particularmente positivo para as crianças de famílias carenciadas. A Eslováquia está a adotar uma abordagem mais estratégica para a aprendizagem ao longo da vida, a melhoria das competências e a requalificação. A taxa de abandono escolar precoce continua a aumentar desde 2010, aproximando-se dos 14 % no leste da Eslováquia. O investimento em ensino e formação é insuficiente, o que se reflete nos salários ainda baixos dos professores, apesar dos recentes aumentos.

Eslovénia

As inscrições na educação e no acolhimento na primeira infância estão a aproximar-se dos indicadores de referência da UE. Na Eslovénia, a proporção de alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário matriculados no ensino e formação profissionais é uma das mais altas da UE, e a taxa de emprego desses alunos é alta. Há um número suficiente de novos professores, mas muitos outros estão a aproximar-se da idade de reforma e a falta já se faz sentir em determinadas categorias. A taxa de conclusão do ensino superior é alta, mas as diferenças entre homens e mulheres e a população nativa e estrangeira são acentuadas.

Espanha

A profissão docente é atrativa, mas as condições de trabalho diferem entre as regiões e entre os sistemas de ensino público e privado. As despesas privadas em educação são significativas, mas a despesa pública é estática em comparação com o PIB. Houve um desaceleramento das reformas planeadas, em consequência das incertezas políticas. O processo de modernização do ensino e formação profissionais está em curso. O número de adultos a frequentar o ensino está a aumentar lentamente.

Estónia

A Estónia está a desenvolver uma estratégia para a educação para 2021-2035, com o objetivo de trazer mudanças graduais ao sistema por forma a dar resposta às mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na sociedade. Devido às tendências demográficas e à limitada capacidade de resposta do sistema de ensino e formação às necessidades do mercado de trabalho, continua a ser um desafio alinhar a oferta de competências e a oferta de trabalho. O envelhecimento da população docente, associado à baixa atratividade da profissão, constitui um desafio a longo prazo para o funcionamento do sistema de ensino. A frequência da educação de adultos atingiu um nível recorde, mas a necessidade de melhoria das competências e de requalificação continua a ser grande.

Finlândia

Embora o ensino seja uma profissão atrativa e de prestígio, há falta de educadores de infância e de professores habilitados para o ensino de alunos com necessidades educativas especiais. Houve um ligeiro aumento das desigualdades no ensino, e as despesas com a educação sofreram cortes. Foram implantadas novas medidas políticas com vista a melhorar a qualidade, a eficácia e a internacionalização do ensino superior. É difícil dar resposta à elevada procura de licenciados em tecnologias da informação e comunicação (TIC). A implementação da reforma do ensino e da formação profissionais está em curso, e estão previstas reformas para promover a educação de adultos.

França

Prosseguem os esforços para melhorar os resultados escolares e reduzir as desigualdades, em especial o apoio ao corpo docente e medidas de financiamento. Uma nova lei em matéria de educação estipula o alargamento da escolaridade obrigatória para 3-18 anos. As autoridades enfrentam o desafio de combinar o ritmo acelerado das reformas com a necessidade de consultar as partes interessadas para garantir uma boa apropriação e um impacto tão positivo quanto possível. A reforma do ensino e da formação profissionais está a ser plenamente implementada.

Grécia

A profissão docente é altamente atrativa na Grécia, mas faltam oportunidades e incentivos para promover o profissionalismo. As despesas com a educação são mais baixas do que na maioria dos países da UE e correspondem, em grande parte, ao pagamento de salários. O abandono escolar precoce continuou a diminuir, especialmente nas zonas rurais. Continua a ser difícil encontrar emprego após a conclusão dos estudos, mesmo para pessoas altamente qualificadas. Estão a ser implementadas medidas para combater a fuga de cérebros, mas a internacionalização das universidades gregas está ainda subdesenvolvida.

Hungria

Medidas recentes levaram a um aumento dos níveis de qualificação do pessoal que trabalha na educação e no acolhimento na primeira infância. Foram reforçadas as medidas para reduzir as diferenças de desempenho entre os alunos. As condições de acesso e ingresso no ensino superior tornaram-se mais restritivas. Uma nova estratégia de médio prazo visa modernizar o ensino e a formação profissionais e a educação de adultos.

Irlanda

A Irlanda possui uma estrutura sólida para garantir a existência de professores altamente qualificados e planos adicionais para dar resposta às necessidades emergentes, incluindo a falta de professores. O abandono escolar precoce continuou a diminuir, e a frequência da educação e do acolhimento na primeira infância deve ser sustentada por novos regimes nacionais. Apesar do aumento da despesa pública com a educação, o investimento no ensino superior não acompanhou o aumento do número de estudantes. A Irlanda está a implementar iniciativas destinadas à melhoria das competências e ao aumento do número de adultos que frequentam o ensino, mas o número de adultos pouco qualificados mantém-se significativo.

Itália

O investimento da Itália na educação é muito inferior à média da UE, em particular no ensino superior. A percentagem de professores satisfeitos com o seu trabalho está entre as mais altas da UE, mas apenas uma pequena parte acredita que a sua profissão é valorizada. A obrigatoriedade da formação em alternância no âmbito do ensino e formação profissionais pode ajudar a que os formandos adquiram uma formação mais estruturada e facilitar a sua transição do ensino para o mercado do trabalho. A taxa de conclusão do ensino superior é baixa, e a transição do ensino para o mundo do trabalho continua a ser difícil, mesmo para pessoas altamente qualificadas.

Letónia

A Letónia já alcançou e superou as metas da Estratégia Europa 2020 para a educação. Deverá alcançar melhorias adicionais nos resultados da aprendizagem através do novo currículo baseado em competências, de uma abordagem individual mais forte dos alunos em risco e do apoio à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. O número de alunos inscritos no ensino e formação profissionais (EFP) está a aumentar, e a taxa de emprego dos alunos que concluem o EFP está a melhorar, embora ambos continuem abaixo da média da UE. No ensino superior, o aumento gradual do investimento e as mudanças progressivas da garantia da qualidade são bem-vindos, mas o setor permanece fragmentado, e a competitividade internacional continua baixa.

Lituânia

As tendências atuais da população estudantil e da classe docente exigem uma estratégia abrangente para gerir a oferta e a procura de professores. A melhoria das competências essenciais e das competências relevantes mantém-se uma prioridade a todos os níveis. O desenvolvimento de sistemas de controlo e avaliação pode ajudar a melhorar a qualidade do ensino e da formação. Foram adotadas medidas para aumentar a eficiência geral do sistema de ensino, mas são necessários mais esforços para garantir a sua implementação. Faltam medidas políticas para fazer face à baixa taxa de frequência da educação de adultos.

Luxemburgo

Em 2018, a flexibilização dos requisitos de admissão ao concurso de recrutamento de educadores de infância e de professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico atraiu mais candidatos. O desempenho dos alunos é fortemente influenciado pela sua capacidade de lidar com o sistema trilingue. Uma reforma do processo de orientação que ocorria no final do 2.º ciclo do ensino básico pode ter interrompido a tendência para orientar muitos alunos para o ramo mais baixo do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. A taxa de emprego dos recém-formados de todos os tipos de ensino é significativamente superior à média da UE.

Malta

Está a ser feito um esforço no sentido de melhorar a qualidade do ensino e a atratividade da profissão. A melhoria da qualidade do investimento na educação e o desenvolvimento de sistemas de controlo e avaliação constituem os principais desafios. O aumento do número de alunos na educação e no acolhimento na primeira infância e o novo sistema do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário podem ajudar a reduzir o número de pessoas que abandonam a escola precocemente. Apesar do aumento do número de estudantes que concluem o ensino superior, a sua relevância no mercado de trabalho ainda é um desafio.

Países Baixos

A taxa de abandono escolar precoce está abaixo da meta nacional estabelecida no âmbito da Estratégia Europa 2020, mas sofreu um ligeiro aumento. Os Países Baixos enfrentam uma crescente falta de professores, tanto no ensino básico como no ensino secundário. Os Acordos de Qualidade para 2019-2022 visam melhorar a qualidade do ensino e formação profissionais. O ensino superior neerlandês atrai cada vez mais estudantes estrangeiros.

Polónia

O abandono escolar precoce continua a diminuir, e o número de crianças com menos de 3 anos na educação e no acolhimento na primeira infância permanece baixo. Foi iniciada a reforma do ensino superior, que trouxe consigo grandes mudanças a nível do funcionamento das instituições de ensino superior. A implementação das mudanças de 2017 no sistema escolar está a colocar desafios organizacionais, financeiros e curriculares. Outros desafios prendem-se com o salário dos professores, a crescente escassez e a formação inicial e contínua. A frequência da educação de adultos mantém-se baixa.

Portugal

Apesar de os professores estarem satisfeitos com o seu trabalho, subsistem desafios tais como o envelhecimento da população docente, o elevado número de professores contratados e as lacunas na integração e no desenvolvimento profissional contínuo. O investimento na modernização das infraestruturas é insuficiente, em especial, na educação e no acolhimento na primeira infância nas zonas metropolitanas. As disparidades regionais em termos de resultados de aprendizagem, taxa de retenção e taxa de abandono escolar precoce estão a melhorar. A taxa de conclusão do ensino superior aumentou, mas a procura de especialistas em TIC por parte das empresas excede a oferta. Existe uma proporção significativa de adultos pouco qualificados, enquanto a frequência da educação de adultos permanece baixa.

Reino Unido

Estão a ser envidados esforços para combater a elevada proporção de professores que abandonam a profissão. Em Inglaterra, o número de academias tem vindo a crescer, mas muitas debatem-se com pressões financeiras. As consequências do Brexit no ensino superior do Reino Unido não são claras, mas serão necessárias respostas políticas para fazer face à potencial perda do fundo de investigação da UE e à redução do fluxo de estudantes. A Inglaterra irá introduzir novas qualificações no âmbito das reformas em curso do EFP de nível secundário.

República Checa

A República Checa continua a tentar adequar o ensino e a formação profissionais às necessidades do mercado de trabalho. As autoridades estão a fazer uma boa utilização dos fundos da UE para apoiar as reformas. A educação inclusiva está a progredir, mas as medidas destinadas aos ciganos continuam a ser limitadas. A atratividade da profissão docente mantém-se baixa.

Roménia

Foram apresentadas ideias concretas para uma reforma profunda do sistema de ensino e formação. É necessário tomar medidas claras para a implementação da reforma. A despesa pública com a educação é baixa em comparação com a média da UE, e as necessidades de investimento do setor são grandes. É provável que qualquer reforma importante exija um financiamento adicional associado a mecanismos mais fortes de equidade e eficiência. Um maior apoio aos professores – em especial, através da reconfiguração da formação inicial de professores e do reforço do desenvolvimento profissional contínuo – pode contribuir para melhorar a qualidade e a equidade. Foram feitos esforços para expandir a formação em alternância. A frequência da educação de adultos permanece baixa, apesar da grande necessidade de melhoria das competências e requalificação.

Suécia

A taxa de conclusão do ensino superior e a taxa de emprego dos licenciados são elevadas. As competências digitais da população estão entre as melhores da UE. Existe uma falta acentuada de professores e um grande número de professores que não possuem qualificações formais. A segregação e as desigualdades em ambiente escolar são preocupações sérias e crescentes.

ENCONTRAR INFORMAÇÕES SOBRE A UE

Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais no sítio Europa:
https://europa.eu/european-union/index_pt.

Publicações da UE

As publicações da UE, quer gratuitas quer pagas, podem ser descarregadas ou encomendadas no seguinte endereço: <https://publications.europa.eu/pt/publications>. Pode obter exemplares múltiplos de publicações gratuitas contactando o serviço Europe Direct ou um centro de informação local (ver https://europa.eu/european-union/contact_pt).

